

O PAPEL DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DO SUJEITO: A REPRODUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO FORJADA NO SISTEMA CAPITALISTA.

Maria Mouriana da Silva Irineu (1)

Universidade Estadual da Paraíba, Mouri.irineu@gmail.com

Resumo: A revolução industrial trouxe fortes responsabilidades para as varias instituições e setores da sociedade, especialmente os que tem relação direta com o mundo do trabalho. Diante de tal conjuntura, a escola surge como um dos setores fundamentais, devido a necessidade de qualificação profissional que pudesse dar manutenção ao novo cenário imposto pelo sistema capitalista. Ante a este cenário foi realizado este estudo com o intuito de compreender, qual o papel da escola com o advento da segunda revolução industrial e como a mesma assumiu o caráter de formadora do trabalhador diante das mudanças na esfera do trabalho, e as implicações de tais mudanças para a escola e seu corpo docente. A partir desta indagação tivemos por objetivo discutir o papel que assume a escola com a implantação de uma educação voltada para os interesses capitalistas. Onde foi observado os desdobramentos dos aspectos centralizadores e manipuladores que exerce o capital frente ao trabalho educacional executado pela escola.

Palavras-chave: Escola, Trabalho, Sistema Capitalista.

INTRODUÇÃO

A maneira com que o sistema capitalista vai difundindo seus ideais, todo o aparato social e instituições vão se adequando a nova maneira de pensar e se organizar. Em uma nova era onde o trabalho é criador do mundo dos homens e onde na medida em que os mesmos transformam o existente para a satisfação de suas necessidades, transformam a si mesmos enquanto ser genérico, pois, nesse processo de modificação do existente adquire novas habilidades e novos conhecimentos que precisam ser universalizados.

Portanto em meio a necessidade para a universalização dos conhecimentos e formação do protótipo de ser humano perfeito para as relações sociais capitalistas surge a escola com a função de repassar o saber historicamente acumulado pelo homem, como uma maneira de influenciar os indivíduos para agirem desta ou daquela maneira.

A escola em sua relação com o capitalismo reproduz uma educação como um complexo que serve para a reprodução social, na sociedade de classes. Assim sendo, a classe dominante faz da educação, um espaço fecundo para a disseminação de seus ideais e dos seus interesses. Então partindo desse pressuposto podemos dizer que a educação vem assumindo direcionamentos diferentes em cada momento histórico, assim atendendo de maneira histórica e eficaz aos interesses do capital. Em nossa sociedade, todo esse complexo fundado pelo trabalho é responsável por ajustar os indivíduos ao que é posto no âmbito da produção. Ou

seja o trabalhador expropriado pelos meios de produção concebe como natural a relação de poder de uma classe sobre a outra.

A educação voltada para o sistema capitalista corresponde em atender as necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação ampliada. Sob a ótica do capital a relação entre homens e a produção de riqueza acontece de maneira invertida: não é a produção de riqueza material que está a serviço dos homens mais ao contrário, o que se produz não é para coletividade, mas para alguns que se tornaram ao longo da história proprietários dos meios de produção.

Desta maneira percebe-se a maneira com a escola e seu processo educacional é direcionado para atender as demandas impostas pelo capital, abre o espaço destinado reservado para a formação emancipatória humana, para uma formação visada por uma ótica de empregabilidade voltada para a alienação do homem que é expropriado do seu saber, e exposto a inculcação dos valores de mercado.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como sendo uma pesquisa qualitativa em educação, que discute o caráter da escola enquanto formadora do trabalhador diante das mudanças na esfera do trabalho no sistema capitalista. Os procedimentos metodológicos se deram inicialmente como sendo exploratório e posteriormente bibliográfico.

Tais estudos, se desenvolvem de maneira conjunta em torno do assunto abordado, o exploratório objetiva uma explicação geral em torno do assunto e se utiliza do estudo bibliográfico para análise e levantamento de dados (OLIVEIRA, 2007). O artigo contou com os seguintes aportes teóricos: Arroyo (1997-1999), Paro (1999), Sobrinho (2004), Tardif (2014), Saviani (2005).

Torna-se oportuno compreender a temática para entender a atual crise da educação que tem em sua base a crise do trabalho alienado próprio da sociedade capitalista em seu estágio de desenvolvimento. Que na medida que favorece o avanço tecnológico para ampliar sua acumulação, reduz significativamente o trabalho vivo o que aumenta ainda mais a fila dos desempregados cujo destino aponta para a miserabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o advento da segunda revolução industrial ocorrida no final século XIX, por volta dos anos de 1960, as novas tecnologias aplicadas às indústrias, às comunicações e aos

transportes integram cada vez mais as distintas e distantes partes do mundo, o capitalismo passa a dominar a economia de mercado e esta passa a manipular a maior parte das atividades econômicas.

Em meio a um setor produtivo operado por mudanças, que tem por base o paradigma da empresa integrada e flexível e nas novas relações de oferta e procura, em um mercado movido por extrema competição, se faz necessária uma educação concreta para a formação básica profissional desse trabalhador o qual deveria ser formado para manter o “status quo” da época, colaborando desta maneira para a hegemonia e supremacia da sociedade capitalista.

Para tal, a escola assumiu um papel essencial para a formação da mão de obra necessária ao sistema de produção material, dentro disso defendeu-se a ampliação do acesso ao conhecimento científico-tecnológico, em um sistema em que esse conhecimento serviria como meio de produção para o capital. O objetivo maior dos homens desse período, era aprender uma profissão para poder fazer parte do mercado de trabalho, a função da escola resumia-se, portanto, em preparar esses homens para que fossem úteis e obtivessem as características necessárias ao manuseio das novas tecnologias que foram incorporadas ao setor produtivo. Assim como descreve, Saviani 2005:

Transfere para as máquinas as próprias operações intelectuais, razão pela qual esta época é também chamada de “era das máquinas inteligentes”. Nesse processo, a capacidade produtiva do trabalho humano inegavelmente atinge proporções ilimitadas. (SAVIANI, 2005, p.21).

Por sua vez, a educação escolar enfrentou diversos desafios no sentido de atender às demandas postas pelo trabalho e a sua natureza de direito básico de cidadania relacionada aos problemas de diferenciação que envolvia a parte socioeconômica, ético-político e cultural mais amplo, para além dos limites das questões postas pelo capitalismo (FERRETI, SILVAEOLIVEIRA, 1999).

Dentro dessa perspectiva a educação escolar aponta sua definição em duas direções, de um lado:

O seu tratamento como formadora de recursos humanos, entendidos como os portadores de capacidades requeridas pelo mercado de trabalho – elementos centrais da “produção inteligente” – em um contexto de políticas educacionais fundadas no princípio da equidade e em uma compreensão estreita dos processos educativos vistos pela ótica da *empregabilidade*, na formação social brasileira, marcada pelas características de exclusão e dominação sociais. (FERRETI, SILVA E OLIVEIRA, 1999, p. 08).

E de outro:

O seu tratamento como um processo formativo de constituição histórica do ser humano, como um processo fortalecedor do pluralismo político e cultural, comprometido com um sistema democrático e com eliminação daquelas características. (FERRETI, SILVA E OLIVEIRA, 1999, p. 08).

Ou seja, segundo os autores enfrenta o desafio de superar as contradições entre a educação marcada e regida pelos valores do mercado de trabalho e a educação voltada para uma democracia social econômica. No plano das relações sociais esse processo explicita-se, entre outras pela marca do caráter impositivo dos valores do neoliberalismo, supostamente entendidos como constituintes e constitutivos da sociabilidade e subjetividade humanas (FERRETI, SILVA E OLIVEIRA, 1999).

Desta maneira, diante das mudanças na esfera do trabalho e sua expressão nos processos da educação Arroyo (1999), analisa o papel que cumprem as relações sociais na escola na formação do trabalhador, segundo ele:

A relação entre a escola e o mundo da produção é vista em termos de homogeneidade de suas estruturas, e o sistema escolar como um microcosmo do mundo do trabalho no qual se aprendem os papéis ocupacionais adultos. Em síntese, todos esses tratamentos coincidem em que o aprendizado das relações sociais de produção se dá na vivência das relações sociais da educação, nas práticas escolares. (ARROYO, 1999, p. 15).

Nessa perspectiva empresa e escola, tem uma relação tida como justa e necessária da submissão à exploração, um exemplo se o trabalho não nasce feito para suas relações sociais alguém terá que forma-lo, e diante da pouca disposição das poucas pessoas que se submetessem espontaneamente a esse trabalho de organização, coube a escola exercer esse trabalho. Segundo Arroyo (1999), destaca que em nossa história foram usados diversos mecanismos de incorporação forçada e adestramento ao trabalho dos indígenas, dos negros, dos pobres e vagabundos. Segundo o mesmo ao longo da história esses mecanismos se apresentam de diversas formas que são mais ou menos suaves para que as pessoas possam se submeter às relações do sistema capitalista, tais mecanismos é o que conhecemos por trabalho assalariado (ROSAR, 1999).

Um dia todos nós passamos a saber que quando adultos caberá a nós a função de trabalhador e trabalhadora, isso nos aparece como inevitável assim como também para a maioria da população. Desde cedo aprendemos que teremos que trabalhar, e mais ainda que teremos que vender nossa capacidade de trabalho para sobreviver.

O que nos diferencia dos demais seres da natureza, é justamente a capacidade que o ser humano tem em perceber e criar valores em relação ao mundo e os objetivos que busca alcançar, a atividade que ele desenvolve para este fim, é justamente o trabalho humano. Mais segundo Paro (1999), para que esse trabalho seja mediação para o bem viver em uma sociedade de humanos é necessário:

Que estejam presentes as demais características que fundam a humanidade do homem, em especial a sua condição de sujeito, em relação de colaboração, e não de dominação, com os demais [...]. Nunca se enfatizará suficientemente a forma dramática como o modo de produzir especificamente capitalista violenta as condições de exercício de um trabalho emancipador do homem histórico [...] tem que se submeter-se às regras de um trabalho forçado, que não serve a ele, trabalhador, mas ao proprietário do capital. (PARO, 1999, p. 107).

Dentro dessa conjuntura Arroyo (1999), analisando as relações sociais presentes na escola observa a contraposição entre a síntese do trabalhador consciente, politécnico, autônomo como ideal e a síntese do trabalhador alienado, expropriado do saber e do controle de seu trabalho, e vê que as relações pensadas para a escola são inevitavelmente pensadas para a inculcação e aceitação da alienação, dessa maneira elas passam a moldar não o protótipo de ser humano em que acreditamos, mas o trabalhador perfeito para as relações de produção. Partindo dessa ideia Arroyo (1999), expõe:

Pensam a escola na árdua tarefa de construir o trabalhador uma vez que ele não nasce feito, tem de ser constituído, formado ou deformado, conformedo com o protótipo de ser humano. [...] Todo ato educativo tem uma intencionalidade política que vai além do aprendizado de aspectos pontuais e tem como horizonte maior uma opção política por um protótipo de ser humano. (ARROYO, 1999, p. 29).

De acordo com Paro (1999), quando examina a prática e se analisa com frieza o que a escola procura fazer, na ação de seus professores e no atendimento às aspirações e expectativas de seus usuários, o que fica nítido é sempre a perspectiva é o mercado de trabalho, por exemplo :

Mesmo na mais elementar tarefa de alfabetizar está presente a perspectiva do mercado de trabalho: aprende-se para escrever e falar corretamente (e na aspiração de todos está presente também e valor de se comunicar melhor para usufruir melhor a vida), mas não deixa de estar presente, sempre, essa preocupação em com isso (no caso, a melhor comunicação) vai influir na busca de um emprego melhor. (PARO, 1999, p. 110).

Do lado dos usuários da escola essa expectativa aparece de forma aceitável, diante do cenário trabalhista com tanta falta de opções, o cidadão não vê outra saída se não a do

trabalho assalariado, para sobreviver e ganhar a própria vida. Mais já do lado da escola, é preciso analisar se ela deve ater-se com tanta ênfase a essa tarefa. Segundo o que pudemos ver a escola deveria ser um espaço reservado a contribuição e preparação dos cidadãos, para o viver bem, para além do simples viver pelo trabalho e para o trabalho (PARO, 1999).

Mas decorre dentro boa parte dos educadores que, a escola só ganha importância e Status de preocupação a nível nacional se a mesma contribuir de alguma forma para o setor econômico, o que nos remete imaginar que a escola tem sempre que buscar na economia razões para sua importância, neste ponto, segundo Paro (1999), se situa um dos maiores erros da escola básica, que é a de servir ao capital, que tem submetido a função da escola em um meio de como levar os alunos a um trabalho futuro, isso não seria um mal desde que fosse feita de forma crítica favorecendo a superação da organização social que induz ao trabalho alienado. Segundo o autor:

A escola tem contribuído muito mais para o mercado de trabalho, não quando tenta diretamente formar profissionais para exercer suas funções no sistema produtivo, mas quando deixa de lado suas outras funções sociais relacionadas à dotação de um saber crítico a respeito da sociedade do trabalho alienado, pois não preparar para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele. (PARO, 1999, p.112).

Neste sentido a escola é capitalista, porque sempre preparou o homem para se viver em uma sociedade do capital sem conceber aos mesmos contestar os meios de formação aos quais eram submetidos. Muito antes de tudo se tornar em custo e benefício, como hoje acontece segundo os ditames do neoliberalismo, a escola já cumpria o seu papel de preparar para o trabalho.

A visão produtivista da educação sempre empenhou-se na reestruturação da sociedade, como aconteceu na revolução industrial onde em um primeiro momento entre os anos de 1950 e 1970, a educação de acordo com os ditames do taylorismo-fordismo através da pedagogia tecnicista, procurou transportar para as escolas os mecanismos de objetivação do trabalho que existia nas fábricas. Já em um segundo período, entram em cena as reformas educativas ditas como neoliberais a partir do final dos anos de 1980, sob a inspiração do toyotismo, onde se buscava flexibilizar e diversificar a organização escolar pedagógico assim também como as formas de investimentos (SAVIANI, 2005).

Em ambos os períodos, prevalece a busca pela produtividade, atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispendido, dessa maneira o estado passa a agir em consonância com os interesses dominantes, transferindo responsabilidades, principalmente no que diz

respeito ao financiamento de serviços na educação, porém concentra em suas mãos as formas de avaliação institucional, sendo assim, ficam aperfeiçoados os mecanismos de gestão e de controle no gerenciamento das crises e manutenção da ordem vigente (SAVIANI, 2005).

Desse modo a avaliação surge como um importante instrumento, para adquirir respostas em torno das indagações, dúvidas e interesses acerca do desenvolvimento da educação. Como bem nos relata, Sobrinho (2004):

A avaliação tornou-se declaradamente um fenômeno político, por mais que ideologicamente se queira apresentá-la como exclusivamente técnica. A avaliação em nossos dias é cada vez mais assunto que interessa a toda a sociedade, especialmente àquelas comunidades mais preocupadas por seus resultados e efeitos. Mas, atualmente, são os Estados os principais interessados e aplicadores da avaliação, especialmente na perspectiva das reformas, do controle e da regulação. Tão importante é o papel da avaliação do ponto de vista político e tão eficiente é ela para modelar sistemas e garantir determinadas práticas e ideologias que nenhum Estado moderno deixa de praticá-la de modo amplo, consistente e organizado. Isto é, como política pública. (SOBRINHO, 2004, p. 706).

Todos os estados que hoje buscam realizar importantes mudanças no setor público, na administração e nas formas de organização e produção da sociedade, acabam elegendo a avaliação como uma alavanca principal dessas reformas. Essa mesma avaliação que proporciona resultados para possíveis reformas e reestruturação na sociedade é a mesma que servia para a distribuição de empregados na indústria que nascia na primeira revolução industrial, ela se tornou crescente, seu alcance alargou-se e seus efeitos ampliaram-se ganhou mais notoriedade, tornou-se tão importante que também ampliou-se em número de interessados em seus resultados como afirma, Sobrinho (2004):

Seu objetivo principal é prestar informações objetivas, científicas, claras, incontestáveis, úteis para orientar o mercado e os governos. Justifica-se pela idéia de que os clientes ou usuários da educação têm individualmente o direito de saber quais são as boas escolas, os bons professores, quem oferece os melhores serviços, segundo parâmetros prévios e objetivamente estabelecidos e levando em conta a relação custo-benefício. Esses parâmetros, normas e critérios, supostamente objetivos, ideais e abstratos, quase sempre se utilizam de procedimentos de quantificação de produtos, dada a necessidade de comparações e rankings, e estão voltados ao controle da qualidade dos serviços e produtos educacionais, à semelhança do que ocorre no mundo dos negócios. (SOBRINHO, 2004, p. 712).

Nessa conjuntura a educação é vista como uma moeda de troca entre o governo e as empresas financiadoras. A avaliação faz parte de uma situação pública, desde muito cedo as provas, exames marcam o calendário escolar, como se a qualidade intelectual de um aluno dependesse apenas da sua desenvoltura nos testes. Na realidade a avaliação nem sempre é

aplicada com um interesse pedagógico e formativo, mas exerce uma função de controle, seleção social e restrições a autonomia, principalmente no que se refere a prática docente, como bem demonstra Sobrinho (2004):

De um lado, os instrumentos de testes, provas, exames trouxeram mais precisão e força operacional ao sistema de medidas e de seleção. Por outro, determinaram uma concepção e uma prática pedagógicas que consistem basicamente na formulação dos deveres ou exercícios escolares e no controle por meio dos testes. Assim, a avaliação interfere incisivamente na organização dos conteúdos e das metodologias e vai legitimando saberes, profissões e indivíduos, o que significa também produzir hierarquias de poder e privilégios. Como símbolo da legitimação de valores e privilégios sociais, os títulos e diplomas são instituídos formalmente, resultantes também eles da avaliação, e ganham grande importância na determinação das hierarquias e na distribuição dos indivíduos nos lugares que “de direito” e por mérito individual lhes corresponderiam na sociedade. (SOBRINHO, 2004, p. 714).

Dentro dessa perspectiva esse tipo de mecanismo de avaliação valoriza a eficiência e a produtividade, mediante os processos de comparação e quantificação entre instituições educativas instaurando-se um nível forte de competitividade tanto de uma instituição para outra como dentro do próprio nível interno, ao invés de competição o cenário deveria ser de solidariedade, cooperação e trocas de aprendizado.

No entanto Sobrinho (2004), retrata que é importante não perder de vista a importância da complexidade da avaliação, a mesma tem a ver com ideias, escolhas, qualidade, valores, interesses, grupos, e como isso é muito complexo e dinâmico a avaliação não poderia se esgotar em um simples projeto, pode-se observar que quanto mais mudanças ocorrerem na esfera societária, economia, política, cultural bem como também acontece os avanços no campo da produção, distribuição e utilização no campo dos conhecimentos, a avaliação também ganha novos moldes e conteúdos ajustados sempre a essa dinâmica histórica:

A avaliação, como produção de sentidos, reflexão sobre valores e significados, tem um grande potencial educativo. Sem deixar de ser objetiva e utilizar instrumentos técnicos, e não se satisfazendo com a mera verificação e checagem de produtos e sua conformidade com uma norma, a avaliação como produção de sentidos alimenta debates, interrogasse sobre os significados, as causalidades e os processos, trabalha com a pluralidade e a diversidade, abre possibilidades de emancipação, construção, dinamização. Se a finalidade essencial da educação é a formação, em seu sentido pleno e não restrito à capacitação técnica, então a avaliação deve se realizar como um processo e um projeto, continuamente em construção, que, fundamentalmente, coloca em foco de conceituação e questionamento os significados da formação que se vão produzindo no conjunto das práticas institucionais, pedagógicas, científicas e sociais. Então, a avaliação educativa deverá tratar, em última instância, dos valores da existência humana, portanto da sociedade humana, que uma instituição prioriza em suas atividades formativas. (SOBRINHO, 2004, p. 724).

A avaliação deveria ser mais focalizada no seu caráter formador, do que em seu caráter excludente e selecionador como instrumento político de uma organização capitalista que está mais preocupada com a produção dos efeitos do que com os resultados que as avaliações irão causar tanto para a sociedade, como para o trabalho docente.

Com o sistema avaliativo vigente a escola se caracteriza amplamente pela codificação e a burocratização do trabalho dos agentes que ali trabalham, isso se constata-se através da complexidade das regras administrativas que regem as relações de trabalho dentro das escolas, assim o contexto escolar se concretiza em um ambiente cuja contingência pesa enormemente sobre as condições de trabalho dos professores (TARDIFI, 2014).

Todo trabalho humano possui fins, que se manifestam de diversas maneiras no decorrer de sua ação: motivos, intenções, objetivos, projetos, planos, programas, planejamento, etc. Esses fins segundo Tardifi (2014), podem aparecer fortemente declarados e apresentados ou podem nascer durante a ação com o aparecimento das circunstâncias, é desta maneira que a configuração do trabalho docente passa a se fundamentar dentro do ensino, este que consiste em perseguir objetivos, ao mesmo tempo, servindo-se de alguns instrumentos de trabalho tais como: as diretivas do ministério da educação, programas, orientações pedagógicas, que especificam a natureza dos fins e oferecem a princípio meios para atingi-los (TARDIFI, 2014).

Nesse ponto de vista a docência configura-se como uma atividade instrumental, que é estruturada e orientada para os objetivos a partir dos quais o ensino planeja, compreende e executa sua tarefa, utilizando-se de vários meios para realiza-la. Ou seja ensinar se configura em agir de acordo com os objetivos de um trabalho relativamente planejado por uma organização escolar burocrática (TARDIFI, 2014).

Dentro dessa conjuntura os programas de ensino, o meio que estabelece o quadro de regras ao qual os professores devem se dedicar, pois determina horas de ensino, objetivos, aprendizagens, avaliações, etc. Pertencem exclusivamente aos professores, pois entende-se que ensinar em uma escola é seguir um programa e tentar realizar seus objetivos. Os programas também correspondem a uma separação analítica e ideológica sobre o que deve ser ensinado, privilegia algumas matérias impondo ao conhecimento ensinado limites e divisões para que assim possam atingir um melhor desempenho nas avaliações. Os programas por matéria ainda acabam por afetar a identidade do professor, pois através da hierarquia escolar das matérias tendem a induzir o que deve ser ensinado (TARDIFI, 2014).

Em todo caso devemos frisar que os programas escolares tem a sua devida importância, pois ajuda os professores a organizarem seus instrumentos cognitivos, a função de seus objetivos, sequencias, cronogramas, ou seja orienta o trabalho dos professores para os conteúdos e objetivos, no entanto as criticas recaem sobre os mesmo como afirma Tardifi (2014) por ter acontecido:

A implantação muito prematura e burocrática dos programas, a ausência de consulta aos professores ou o pouco peso acordado a suas concepções curriculares, a falta de tempo para cobrir todo o conteúdo, à ausência de suporte material, o problema da competência para ensinar matérias previstas no programa constituem os principais obstáculos para o bom desenvolvimento dos programas no dia a dia. (TARDIFI, 2014, p.209).

Portanto podemos constatar que o trabalho curricular dos professores consiste primordialmente em intermediar as diretrizes que estimula o programa com a sua concretização na prática, esforçando-se para fazer acontecer mesmo dispondo de recursos limitados dos quais o programa oferece. Em suma a organização curricular do ensino, expõe a questão da autonomia e do controle do trabalho docente.

Sendo assim, o sistema capitalista que utiliza-se da escola para poder formar o trabalhador alienado, que serviria ao setor produtivo na revolução industrial, é o mesmo, que hoje continua manipulando o sistema educativo, burocratizando o ensino e utilizando-se de seus programas e sistemas avaliativos para poder alienar e expropriar as formas de trabalho docente.

CONCLUSÃO

Com a instituição escolar completamente voltada para os interesses do sistema capitalista, e no grau que esse processo foi crescendo e tomando proporções desastrosas para a concretização de uma educação voltada para a emancipação humana, mostramos o conjunto de medidas que foram planejadas e implementadas pelo setor do capital no campo da educação, desta maneira retratando a intervenção do mesmo no processor formador do sujeito.

A crise que estamos vivendo atualmente, é uma crise que tem por base um trabalho explorado, que mata os homens em vida. Essa crise rebate não somente na educação como também em todos os setores sociais onde expõe as contradições do sistema capital.

É um grande erro, querer que a educação resolva os problemas da humanidade, que foram gerados por um tipo de organização social, que aprofundou e amentou o contraste entre

a pobreza e a riqueza. Enquanto o capital continuar como sistema vigente a humanidade agonizará.

No entanto, enquanto educadores ainda nos falta experimentar debates que nos impulsionem a lutar por uma educação com mais liberdade, voltada para a emancipação humana, que proporcione ao sujeito se impor e crescer em uma sociedade que muitas vezes delimita o pensamento e encabresta seus pensamentos.

Nesse sentido a responsabilidade da pesquisa é aprofundar-se na análise dos processos educacionais sob a luz do capitalismo. Contribuir para aperfeiçoamentos e redirecionamentos de maneira prática. A maneira com que a escola é tratada, o modelo único e manipulador dos processos educacionais, seu caráter castrador em relação a formação humana, são questões que demandam estudos e discussões mais aprofundadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M.G. As relações sociais na escolar e a formação do trabalhador. In: FERRETI, C.J.; JÚNIOR, J.R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?**. São Paulo: Xamã, 1999, p.13-42.

OLIVEIRA, M.M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PARO, V.H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escolar básica. In: FERRETI, C.J.; JÚNIOR, J.R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?**. São Paulo: Xamã, 1999, p.101-120.

ROSAR, M.F. As políticas de gestão educacional sob a ótica da racionalidade capitalista: a reprodução de uma similaridade forjada entre indústria e escolar. In: FERRETI, C.J.; JÚNIOR, J.R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?**. São Paulo: Xamã, 1999, p.85-100.

SOBRINHO, J.D. Avaliação ética e política em função da educação como um direito publico ou mercadoria?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n. 88, p.703-725, 2004.

TARDIFI, M.; LESSARD, C. O Trabalho docente. 9ª.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

